

O EDUCANDÁRIO NOGUEIRA DE FARIA E A SUA NOTORIEDADE CITADAS EM FONTES DE INFORMAÇÃO

Everaldo Veiga Furtado¹

RESUMO

O Educandário Nogueira de Faria, idealizado para, por fim a criminalidade infanto-juvenil, que se alastrava pelas estreitas ruas belenenses, se tornou uma das instituições que narram a sangrenta história das revoltas acontecidas em Belém do Pará, desde sua fundação, até o seu total abandono. Porém para muitos essas histórias, ainda são memórias. Em um sentido geral o presente artigo, objetiva demonstrar, o quão é importante se preservar uma fonte Histórica, para a construção de uma sociedade. Foi realizada uma ampla revisão de literatura, junto a um levantamento documental sobre a história da ilha de Cotijuba, complementado com um estudo de caso de YIN (2015). Entre os resultados identificou-se uma pequena produção científica sobre o assunto, porém de grande relevância para o desenvolvimento desse trabalho, que vem a demonstrar a relevância da ilha de Cotijuba como fonte Histórica, narrando os principais momentos, em que a ilha passou a fazer parte da história de Belém do Pará. concluiu-se que a pesar das limitadas fontes de informação relativas à ilha de Cotijuba, mais precisamente ao Educandário Nogueira de Faria, o mesmo é considerado uma importante fonte Histórica, servindo como alicerce para enumeras informação e conhecimento, tanto no âmbito educacional quanto no âmbito cultural e histórico.

PALAVRAS CHAVE: Educandário, Nogueira de faria, Ilha de Cotijuba, fontes históricas.

¹ Aluno do Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na divulgação de uma fonte histórica, que é de extrema relevância para a história da comunidade ribeirinha da ilha de Cotijuba, e também do estado do Pará, onde se localiza o educandário nogueira de faria, e junto relatar um estudo que pretende resgatar a memória social, através de um levantamento bibliográfico, sobre fontes de informação, e fontes históricas, apontando conceitos básicos sobre os mesmos, e com isso tentar frear as informações desencontradas, que são divulgadas sobre a ilha de Cotijuba e suas fontes históricas.

Esse desencontro ocorre quando, a disseminação de notícias falsas se torna comum e as pessoas começam a duvidar da veracidade de todas as informações, que encontram. Isso pode levar à desinformação generalizada, à confusão e à retenção da confiança nas fontes de informação legítimas, notícias enganosas ou informações deliberadas, que são divulgadas com a intenção de enganar ou influenciar o público, se dissemina rapidamente com as redes sociais.

Diante deste questionamento, o presente estudo tem como objetivo geral, compreender a notoriedade das fontes de informação, contidas na ilha de Cotijuba, e os passos para se chegar a tal objetivo, será, Demonstra, Compreender e Descrever, as fontes de informações contidas na ilha de Cotijuba, mais precisamente o Educandário Nogueira de Faria.

O que norteou, e motivou a realização do presente trabalho, foi uma reflexão, sobre a preservação de determinadas fontes históricas, e assim descrevendo as informações geradas por essas fontes, já os aspectos metodológicos pode se classificar como uma revisão bibliográfica,

Lima e Miotto (1996) afirmam que.

[...], é possível que para a realização de uma pesquisa bibliográfica é imprescindível seguir por caminhos não aleatórios, uma vez que esse tipo de pesquisa requer alto grau de vigilância epistemológica, de observação e de cuidado na escolha e no encaminhamento dos procedimentos metodológicos. Estes, por sua vez, necessitam de critérios claros e bem definidos que são constantemente avaliados e redefinidos à medida que se constrói a busca por soluções ao objeto de estudo proposto.

O trabalho tem dois pontos que justificam o mesmo, que são a importância teórica, que tem um grande potencial para gerar conhecimento, que é capaz de fornecer uma nova interpretação dos fenômenos, assim ajudando a preencher lacunas, deixadas

por informações incorretas, que são disseminadas em redes sócias, e grupos criados especificamente para influenciar outros grupos sobre determinadas fontes de informações, e também a contribuição prática, que e solucionar o problema que não dá o tratamento ideal a uma fonte de informação.

2 O EDUCANDÁRIO NOGUEIRA DE FARIA E A SUA NOTORIEDADE CITADAS EM FONTE DE INFORMAÇÃO

A região insular de Belém, e constituída por 42 ilhas, muitas dessas ilhas fazem parte de uma imensa área de proteção ambiental, dentre elas com 15.8071Km² se destaca por sua história a ilha de Cotijuba a terceira maior ilha do arquipélago, banhada pelas baías do Marajó e Guajará, administrada politicamente pela DAOUT (Distrito Administrativo do Outeiro, órgão que administra as ilhas próximas a Belém), que é o distrito de Caratateua, (Outeiro)

A segunda maior ilha da região, a ilha de Cotijuba tem sido na maior parte do tempo abandonada pelo poder público, tendo seus picos de visitantes (turistas), nos meses de julho, verão em Belém do Pará.

A ilha tem aproximadamente 20Km de praias, tendo três praias principais, a praia do Vai quem quer, Praias do Farol, e a Praia da Barra funda, e com tem população de quase 10 mil Habitantes, que vivem atualmente da pesca e de vendas de artesanatos.

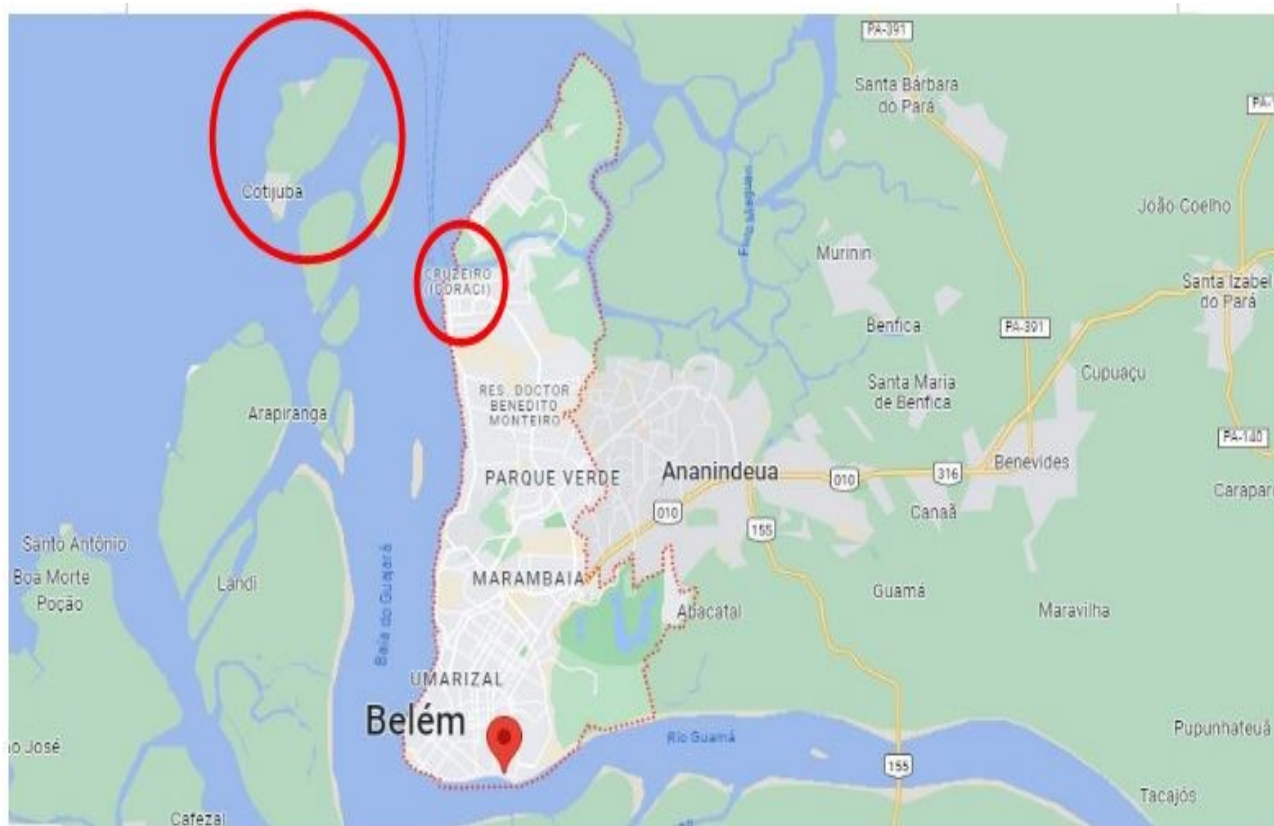
Segundo Barbosa (2017), os registros sobre a ocupação inicial de Cotijuba apontam os Tupinambás como os primeiros habitantes da ilha, que a batizaram como Cotijuba, que significa “trilha dourada” ou “caminho dourado”, por ser um solo composto basicamente de piçarra, um solo basicamente composto por pedra, terra e areia com um tom avermelhado, que corresponde a quase todas as ruas da ilha esse tom avermelhado.

Melo (2010), afirma que a partir das fontes históricas chegou-se à informação de que na ilha de Cotijuba havia funcionado ainda no século XVIII, por volta de 1784, um engenho para embranquecer arroz [...]: O engenho da Fazendinha estava entre os nove engenhos existentes no estado do Pará, todos construídos no mesmo período, para solucionar a carência de mão-de-obra no Estado do Pará do século XVIII, integrando economicamente a ilha de Cotijuba a capital Belém, que viu nesse período sua população crescer tanto populacional mente, quanto economicamente. Porém, por ser uma ilha, o transporte do arroz passou a enfrentar algumas

dificuldades, sem o apoio do governo, teve o engenho desativado, passando assim a ser habitado apenas por caboclos, que passaram a sobreviver de agricultura e da pesca.

No início do século XIX, a ilha de Cotijuba, por sua ótima localização geográfica, passou a ser usada novamente pelo governo, como alojamento militar para a Brigada Pernambucana, que combatia rebeldes cabanos. A guerra dos cabanos, uma das revoltas mais sangrentas já ocorridas no Brasil, que dizimou a população da região levando a óbito quase 30 mil pessoas. A cidade ficou em um estado deplorável, destruída pela artilharia das canhoneiras, como descreve Kidder (1980):

Quase todas as ruas têm casas pontilhadas de balas ou varadas por projéteis de canhão. Algumas foram apenas ligeiramente avariadas, outras quase que completamente destruídas. Dentre estas últimas, algumas foram restauradas, outras abandonadas. O Convento de Santo Antônio ficou de tal forma exposto ao canhoneiro que ainda hoje exhibe muitos sinais de bala pelas paredes. [...] Muitas são as bem traçadas ruas nas quais apenas uma exígua vereda serpeia por entre o matagal que as cobre, e, nos arrabaldes, se encontram, frequentemente, propriedade em abandono e casas de construção magnífica, inteiramente desocupadas.



Fonte: Google Maps

A revolta deixou um legado de crianças órfãos de pai e mãe, que passaram a vagar pelas ruas belenenses e a viver de pequenos furtos. A guerra dos cabanos deixou feridas profundas na província do Pará. Os combates dizimaram muitas famílias, fazendo a pouca elite restante a tomar severas decisões a respeito do assunto, como a criação de educandário para os menores infratores.

Para Fuly e Veiga (2012, p.87), ao pensar o Brasil no período Colonial, percebe-se. Passagens diferenciadas entre a criança negra, indígena e a branca. Às crianças da elite, filhas dos senhores, era dada a oportunidade do estudo, às outras, o trabalho e serviam como entretenimento das famílias branca. [...], no Brasil, não havia instituições educativas que acolhessem crianças, em especiais crianças órfãs ou abandonadas.

Com a chegada do ciclo da borracha, a cidade de Belém passou a fazer parte novamente do cenário econômico do Brasil, passando a polo econômico novamente, com a migração de mão de obra barata, vindo do nordeste, os flagelados da seca, que direcionou milhares de famílias ao norte do Pará, mais precisamente a Belém e adjacências. Gondra (2008, p.75) assim define esse fato:

A ideia de civilizar e disciplinar a população estava diretamente relacionada com a redefinição de percepções sociais a respeito da “caridade”, da “pobreza” e da “mendicância”. O Estado com o intuito de promover uma educação civilizatória, demonstra a ressignificação da tutela como mecanismo de controle das classes populares, com o aumento de sua atuação nas relações sociais vivenciadas anteriormente no âmbito privado.

Com uma reserva de seringueiras, uma árvore em grande abundância na região amazônica, de onde se extraía a látex, a matéria prima da borracha, Belém que nesse período era mais conhecida como, a capital da Amazônia, passou a ser o principal ponto de exportação da matéria-prima “látex”. Assim, a cidade de Belém passou a ter uma nova classe de ricos, que passaram a questionar uma cidade a altura de seus novos moradores: a capital passou por uma grande urbanização.

Influenciada pela França, Belém passou a viver uma época conhecida com a belle-Époque, que teve sua decadência, com o contrabando de sementes de seringueiras, para outros países, com Ásia, Índia e Malásia, Belém deixou de ser o centro das atenções do comércio da borracha; esse acontecimento trouxe a uma imensa pobreza ao povo da região, com uma grande onda de desemprego, os mesmos passaram a viver em bairros mais populosos e violentos, e com o

descontrole da natalidade, deixando em evidência o crescimento da violência infanto-juvenil.

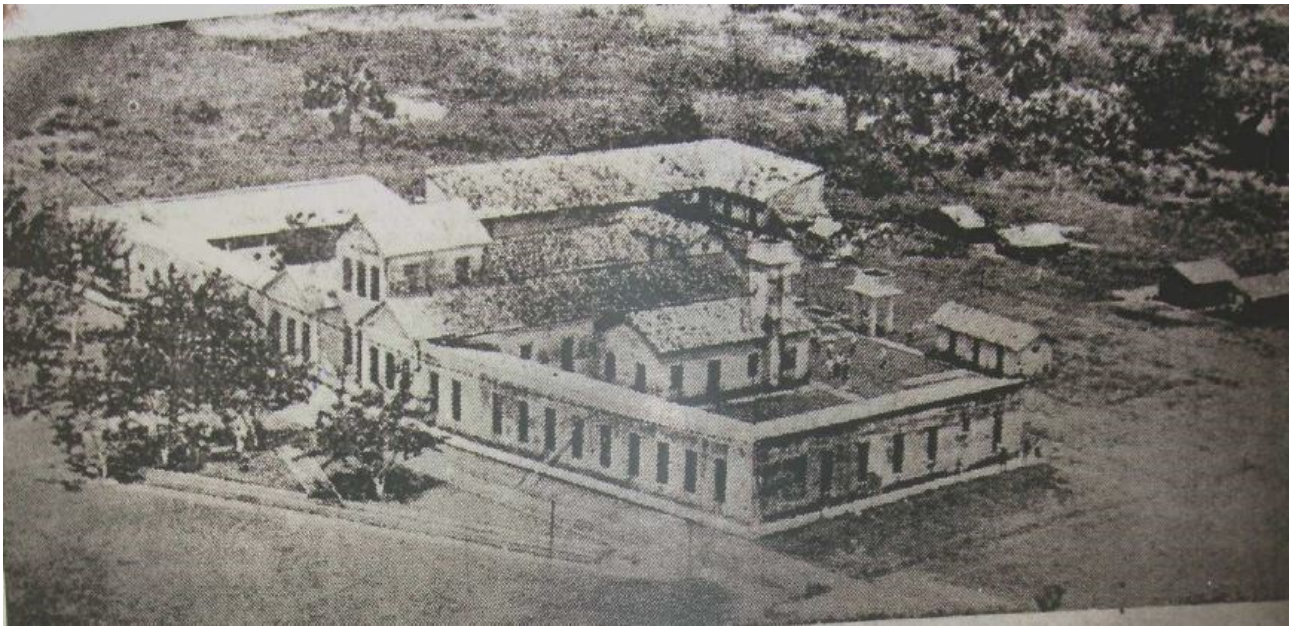
2. 1 O EDUCANDÁRIO NOGUEIRA DE FARIA

E foi num cenário de violência infanto-juvenil que o poder público direcionou novamente seu olhar para a ilha de Cotijuba, sob a influência do interventor federal Magalhães Barata, e idealizada pelo desembargador Raimundo Nogueira de Faria. Inaugurado em 1933, o educandário Nogueira de Faria, teve a missão de reeducar e ressocializar os menores infratores. Estes eram internados sem nenhuma perspectiva de melhora, para o infrator. Como afirma Corrêa e Macedo (2018, p.07):

A construção do educandário Nogueira de Faria, na ilha de Cotijuba denotava a eficiência do estado, em segregar estes menores que de alguma forma tinham seus vínculos familiares enfraquecidos pelas circunstâncias ora apresentada. Porém com o passar do tempo o educandário que foi inicialmente construído com o objetivo de educar e profissionalizar considerada abandonada e desvalida, passou a ser uma instituição de confinamento.

Segundo estudos de Amaral (1992) sobre a História de Cotijuba, a ilha foi comprada pelo desembargador, Raimundo Nogueira de Faria de uma viúva conhecida apenas pelo nome de Joana, pela quantia de \$37.650.000 (trinta e sete contos, seiscentos e cinquenta mil réis). A compra foi com o objetivo de implantar na ilha um educandário, uma colônia reformatória para menores infratores e abandonados da cidade. Sua meta era preparar os meninos com uma educação técnica profissional. Com isso deixando desde a década de 30, a ilha de Cotijuba em evidência, tanto no cenário educacional, quanto prisional, na capital Belém as ações criminosas dos menores infratores só crescia ficando em uma situação descontrolada. Quaresma (2017, p. 57), resume a situação da seguinte forma:

No Estado do Pará, a situação ia de mal a pior. Além dos desmandos políticos, da dominação irrestrita por parte das elites locais, da miséria abatendo a população humilde. Características do contexto nacional –, havia uma crise geral específica do Estado: o Pará não conseguia superar a convulsão que se instalara com a falência do modelo econômico baseado na exportação da borracha. A decadência atingia todos os setores da sociedade local. O descrédito dos políticos vinha induzindo a inúmeros motins, revoltas e tentativas de revolução.



Educandário Nogueira de Faria década de 30, fonte: A Província do Pará (1973)

E foi neste cenário que se ergueu dentre a grande floresta amazônica o Educandário Nogueira de Faria, com suas grandes janelas e densas paredes, e legalmente isolado da grande população, e com a finalidade de eliminar a criminalidade infanto-juvenil, da grande Belém, através de uma educação disciplinar, os menores infratores, que tinham a sua disposição, um ambiente agradável, composto por dois pavilhões, um com dormitório, almoxarifado, e o alojamento dos diretores o outro pavilhão, com uma cozinha, e a secretaria. As instalações tinham capacidade para 400, infratores.

Para Leite (1996. p. 13),

As instalações eram modernas, equipadas e higiênicas. Em uma ala com instalações simples, mais confortáveis, moravam o Diretor e sua família. Havia ainda um bom refeitório, os dormitórios eram amplos e limpos, com camas de ferro e arrumadores para rede. A manutenção do Reformatório fazia parte dos processos educativos adotados, daí ser praticada em forma de rodízio, pelos educandos.

O Educandário Nogueira de Faria disponibilizou diversos cursos profissionalizantes para os internos, dentre eles carpintaria, padaria, selaria, alfaiataria e marcenaria, além de educação primária, e técnicas agropecuárias, com aulas teóricas e práticas, sobre uma rígida disciplina, que privava os jovens de realizarem certas coisas, como fumar, e beber, ou até mesmo se ausentar da ilha, sem um aviso prévio a seu tutor. Isso deixaria os jovens infratores ainda mais revoltados com a direção do educandário, que os punia severamente. Muitos desses

jovens fugiam, por não aceitar, e também por não entender o modelo disciplinar implantado pela direção.

Quando a administração do educandário passou para o Governo do Estado, iniciou-se o período de decadência, que durou até 1951. De acordo com Dias (1998, p.3), foi sob a administração do tenente João Ferreira Lima, que o Educandário passou a ser notícia novamente, com uma ampla reforma, aquisição de novos uniformes e instrumentos musicais.

O governo comprou e recuperou móveis, utensílios, máquinas, gerador, transmissores, polias das serras, construiu uma granja, um aviário, seis casas coloniais para avicultura. Na área da saúde instalou um consultório odontológico e um consultório médico que também atendiam a população da ilha (OLIVEIRA, 2006, p.5).

2.2 O EDUCANDÁRIO NOGUEIRA DE FARIAS A PARTIR DE 1968

Barbosa em seus estudos (2017) afirma que em 1968,

[...] a instituição é transformada em Colônia Penal marcando definitivamente o fim da utopia de Nogueira de Faria. Nesse período muitos menores ainda foram enviados para Cotijuba vivendo em total promiscuidade com os presos adultos, no entanto, parte da sociedade paraense ainda fantasiava que ao serem encaminhados para a Ilha os menores seriam devidamente educados e teriam uma profissão a seguir.

No entanto, não era isso que os educandos relatavam, com medo e acuados passaram a aceitar proteção, em troca de favores. Muitos desses favores eram contra as regras do educandário, como tráfico, favores sexuais, entre outros.

Porém, passaram a dividir os mesmos espaços com presos de alta periculosidade. Essa convivência trouxe de volta a rebeldia aos menores, pois até mesmo os que estavam ali para protegê-los muitas vezes os puniam, e com isso, o consumo de álcool e entorpecentes passou a ser constante nas instalações do educandário, sendo que os educandos passaram a sofrer maus-tratos, tanto dos superiores, quanto dos presos, forçando-os a cometerem novamente pequenos delitos em troca de proteção. Essa mistura foi o estopim para novas revoltas, e pequenos delitos, como descreve Dias, (1998, p. 5):

[...] os menores frequentariam a escola, e o processo correccional seria aplicado de forma diferenciada entre adultos e menores, quando a realidade era outra, não havia mais escola e os menores

misturavam-se aos presos de alta periculosidade, tornando-se mais revoltados e adquirindo os mesmos hábitos.

Esse período passou a ser chamado de “Época Negra”, situação em que o educandário e a colônia penal coexistiram, passando a funcionar sob um regime violento e arbitrário, causando diversas fugas e óbitos, tanto fora quanto dentro da própria instituição. As paisagens que cercam a ilha foram testemunhas de grandes atrocidades, como narra o filme “A Ilha” do insular produções. “Sabe como era chamada essa baía no meu tempo de moleque na época da colônia penal, ilha da morte, ilha do diabo, [...] essa baía era um cemitério de mal criado, nessa travessia onde hoje deslizamos, quem não se comportava direitinho ia pro fundo com uma pedra amarrada no corpo”.

Assim foram narradas muitas das histórias sobre a colônia penal de Cotijuba, principalmente na época em que a ilha foi usada como depósito de presos pelos militares, na época da ditadura militar. Até mesmo a direção do presídio foi afetada pela violência, o jornal a Província do Pará (1976), relata, que o diretor Teodorico Rodrigues teve seu braço dilacerado, e ainda jogado ao mar, por alguns presos revoltosos que seriam transferidos, para a ilha. Esse acontecido, gerou uma grande perseguição aos presos, que geraram diversas manchetes aos jornais e rádios da época, que por essa grande repercussão, passou-se a discutir o fechamento total da colônia penal.

A responsabilidade pela segurança e disciplina interna do presídio estava inteiramente nas mãos de um seletivo grupo de reclusos, escolhidos a dedo entre os homicidas, quase todos analfabetos. Investido do poder de polícia pelo diretor, exerciam com arrogância e truculência, sua autoridade no quadrilátero interno dos muros da penitenciária. Com mais de quarenta anos de pena por vários homicídios, entre eles o da própria mãe, Raimundo Tabacão era o chefe, autoridade máxima da polícia interna, temido e odiado por todos (CAPIBERIBE, 2013, p. 112).

2.3 A DESOCUPAÇÃO DO PRESÍDIO E O ESQUECIMENTO DA ILHA PELA GESTÃO PÚBLICA

Diante dessa realidade, a decisão de fechar a colônia penal de Cotijuba foi tomada após uma série de denúncias e violações dos direitos humanos, após a constatação de que a colônia penal não estava cumprindo seu papel de

ressocialização dos internos. É importante ressaltar que o fechamento da colônia penal, não significaria o fim dos problemas pois segundo as autoridades, a desocupação foi necessária devido às condições precárias do presídio.



Fonte: Google Imagens.

Com um cenário de tantas torturas, revoltas e detentos desaparecidos, a colônia penal começou aos poucos a desaparecer do cenário belenense. Os barcos que efetuavam a travessia da baía, foram regulando a quantidade de visitantes, e assim também a economia da ilha passou a declinar. E assim sendo esquecida definitivamente pelo poder público, com a inauguração da nova penitenciária Fernando Guilhon sob a gestão do então governador Aluísio Chaves em 1978 a até então colônia penal foi desativada.

Tentando deixando pra trás um legado de violência que vem até os dias de hoje envergonhar a população belenense, principalmente na época da ditadura, onde muitos presos políticos foram levados para a ilha, e encarcerados com presos comuns, muitos sem julgamento e até mesmo sem direito à defesa, e que frequentemente eram submetidos a condições precárias de detenção, maus-tratos e torturas.

De acordo com Quaresma (2017), a política que induzia ex-internos e ex-detentos de ambas instituições a permanecerem na ilha como colonos, resultou na

presença de muitos deles no lugar mesmo após a fim do ciclo de vida da colônia Penal. A maioria desses homens e mulheres, como ocorre de modo geral, guardou na lembrança fatos e histórias relacionadas à dimensão mais grave e terrível dos empreendimentos públicos, com tudo abandonados pelo estado, passaram a sobreviver da agricultura, com afirmação Melo, (2010).

Percebe-se que mesmo com a carência em infraestrutura e sem apoio satisfatório de agentes públicos ou privados a população do lugar Cotijuba não deixa de se organizar e reorganizar no tempo e no espaço, mesmo que isso tenha um custo social e ambiental negativo. A pouca presença do poder público não desmotiva os moradores de Cotijuba, os quais continuam seu cotidiano marcado por trabalho pesado, precarizado pelos novos padrões de consumo impostos pelo global à comunidade local (MELO, 2010, p. 182).

3 A ILHA DE COTIJUBA COMO FONTE HISTÓRICA

Para melhor entendimento, após estudos sobre os primeiros habitantes da ilha de Cotijuba, afirmando ser os índios tupinambás, a ilha já seria considerada como fonte histórica, porém, com tudo que aconteceu desde o século XVIII, com a implantação pelo governo do engenho Fazendinha, para branqueamento de arroz, fortalecendo ainda mais a ilha como fonte de informação, chegamos a um ponto em que a história não pode apagar, o Educandário nogueira de faria com suas estórias e histórias, porém fundamentadas em fatos, e esses fatos ganham mais robustez, quando associados a estudos, e acervos documentais.

Identificamos também, que os estudos historiográficos são de extrema relevância, para o entendimento de pesquisas históricas e construção de fontes de informação, pois se concentra em analisar a história de forma crítica, envolvendo uma investigação fundamentada crítica dos métodos, teorias, abordagens e interpretações utilizadas pelo historiador, ao narrar a história, examinando o modo como se analisa a história ao longo dos tempos, já que a historiografia e fontes históricas, tem uma relação intrínseca, pois estão interligadas no estudo da história.

Historiografia definido por Da Cruz (2006), é então, a escrita da história, mas ela não é apenas isso. A historiografia é uma disciplina preocupada com a pesquisa histórica em si; em como fazer a coleta de dados; quais os critérios de escolha dos dados; como analisar; qual orientação teórica utilizar. Com isso identificamos esses critérios de análise como o alicerce de uma fonte de informação.

Em termos comportamentais, poderíamos dizer que a história de uma ciência é a história do comportamento dos cientistas e do contexto social em que a ciência foi constituída, e a historiografia de uma área do conhecimento estaria relacionada ao comportamento dos historiadores de uma ciência. Então, como nenhuma pessoa apresenta uma história comportamental idêntica à outra, nenhum historiador irá escrever a história de maneira idêntica a outro historiador (DA CRUZ, 2006, p. 164).

A Historiografia e o conceito de fonte de informação têm conceitos distintos, mais estão relacionadas no campo do estudo da história, as fontes de informação são as bases do trabalho do historiador, e o que constrói essa base estão, documentos escritos, testemunhos orais, ou qualquer tipo de evidência histórica, que possam fornecer dados, para se construir uma narrativa histórica.

A partir do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 o país ganha um órgão público dedicado a identificação e preservação de seu patrimônio: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criando no governo Getúlio Vargas, que tinha salas dentro do ministério da educação. E tinham por finalidade dar notoriedade e um tratamento mais requintado ao patrimônio público, como demonstra Gomes (1999).

O órgão pretendia dar tratamento científico as questões patrimoniais, seu trabalho seria baseado em documentações históricas e fotográficas, construída por meio de pesquisas locais, bibliotecas, arquivos, museus entre outros, e só depois de justificado que o bem seria considerado parte do patrimônio e inscrito em um dos livros de tomo.

Compreender que patrimônio cultural, envolve de fato, entender a importância da cultura, para sociedade. O patrimônio cultural refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais, que se herda das gerações passadas, e são extremamente, valiosos, para a sociedade. Apontamos que a preservação do patrimônio cultural, e um testemunho da história, ele nos permite compreender nossas origens, e aprender com os erros e sucessos do passado, e assim construir uma visão de futuro. O patrimônio cultural contribuí para o fortalecimento da identidade coletiva, criando um senso de pertencimento, (orgulho ou vergonha), em relação a comunidade e essa identidade agrega valores, e faz relação com períodos e ideias.

De acordo com Cunha (2001), o conceito de fontes de informação assegura que é tudo que gera ou vincula informação, seguindo essa premissa, afirmamos que a Ilha de Cotijuba, se encaixa como fonte histórica a base de fontes primária de informação, já que preservar essa fonte é uma missão impossível, pois preservar é definido com intocado, ou inalterável. Podemos conservar, pois se minimiza a degradação, deixando-a apresentável a seus visitantes, para se contar sua própria história.

Barreto (2010) define a informação como sendo o conjunto de conteúdos simbolicamente significantes com a competência de gerar conhecimento em um indivíduo, e conseqüentemente em seu espaço de convivência. Identificamos esse conjunto formado pela ilha de Cotijuba, pelo engenho Fazendinha e pelo educandário Nogueira de Faria: três pontos relevantes para se construir diversos conteúdos diversos, com visões diferentes, para que se preserve a identidade de uma fonte histórica, e assim assegurando confiabilidade nos conteúdos gerados por esse conjunto de fontes, para fornecerem informações precisas, corretas e confiáveis, e ainda para corroborar com essas fontes temos também, a população da ilha, que ainda tem parte desses acontecimentos como memória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos a ilha de Cotijuba, como uma relevante fonte de Histórica, tanto pelo seu contexto geográfico, quanto pelas suas histórias, decorridas ao logos dos anos, desde seus primeiros habitantes, até os dias de hoje, onde se tornou um importante ponto turístico, para a população local, quanto para visitantes, que chegam para desfrutar de suas praias quase que intocadas, quanto de sua natureza exuberante, com sua fauna e flora ainda pouco explorada, porém, ainda abandonada pelo poder público, que insiste em tentar apagar o passado da ilha e suas histórias sangrentas, escrita pelas autoridades, e ainda pouco questionada pela população local, mesmo considerada uma importante fonte histórica. Pois, pouco se têm de documentos, sobre o acontecido na ilha de Cotijuba.

Destaca-se também, um grande esforço para se manter viva a história da ilha, quanto do Educandário Nogueira de Faria, porém muitas das tentativas de se preservar as ruínas do Educandário foram frustradas pelo poder público, deixando assim um pouco da história a ser apagada pelo tempo

Através de uma ampla pesquisa, em bases de dados, com Portal de Periódicos CAPES, com o a palavra-chave, “Ilha de Cotijuba”, foram encontrados 53 resultados. Com a palavra “Educandário Nogueira de Faria” nenhum resultado encontrado. No Portal Google Acadêmico, foram encontrados com a palavra-chave, “Ilha de Cotijuba” 677 resultados, e com a pesquisa em “Educandário Nogueira de Faria”, encontrou-se 28 resultados, usando um filtro de data e ano desde 1930 à 2023. Ou seja, uma baixa produção científica sobre um assunto tão relevante.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. J .P. **Registro histórico da ilha de Cotijuba**: uma análise da Colônia Reformatória de Cotijuba. 1992. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1992.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Jornal. **Rebelião na lancha**. Belém, quarta, 17 de fevereiro de 1976.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **Raimundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”**: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Conteúdos imateriais simbolicamente significantes. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, abr. 2010. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/9175>. Acesso em: 01 mai. 2023.

CAMARGO, Célia Reis. **A margem do patrimônio cultural**: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, Assis, 1999.

CAPIBERIBE, João. **Florestas do meu exílio**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2001. 168 p.

DA CRUZ, Robson Nascimento. **História e historiografia da ciência: Considerações para pesquisa histórica em análise do comportamento**. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* 8.2 (2006): 161-178.

DIAS, Ana Elizabete da Silva Seguin. **Histórico do reformatório e posterior Colônia Penal de Cotijuba**. Belém: SECULT/DPHAC, 1998 (Mimeo).

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral: velhas questões, novos desafios.** In: **Novos domínios da história**; Organizadores Ciro Flamiron Cardoso, Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FULY, V.; VEIGA, G. Educação Infantil: da visão assistencialista à educacional. **Revista Interfaces da Educação**, v.2, p. 86-94, 2012.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**: A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império brasileiro**. São Paulo; Cortez, 2008.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil**: províncias do Norte. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 3745, 2007.

MEIS, Leopoldo de. **Ciência, educação e o conflito humano-tecnológico**. 2ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Senac, 2002.

OLIVEIRA, Jorge et all. **Um estudo sobre fatos ocorridos na Ilha de Cotijuba**: análise das causas que levaram a transformar um educandário em presídio (Projeto de Pesquisa). Universidade Estadual do Maranhão. Programa de Qualificação de Docentes. São Luiz: 2006 (Mimeo)